

INDÍGENA, LIVRO DIDÁTICO E A DIFÍCIL TRANSIÇÃO DO RECONHECIMENTO DESSE POVO

João Pedro Melgaço de Oliveira acadêmico do curso de História.

Orientador: Professor Paulo de Tarso Lopes.

Resumo

O estudo da história tem papel de extrema importância na formação da identidade nacional, sendo assim, essa disciplina integra o currículo escolar. Diante da diversidade inerente ao Brasil, esse artigo tem como objetivo buscar no livro didático de história as processualidades que marcam a imagem do povo indígena brasileiro num viés de compreensão da cultura, da vivência e de sua história. A metodologia utilizada baseia-se na pesquisa bibliográfica, buscando em livros, artigos, monografias, que envolvam o assunto abordado, além de análise de conteúdo, com estudo de livros didáticos. É importante destacar que esse artigo procurou mostrar os aspectos que envolvem a criação do livro didático, tendo em vista que esses aspectos afetam diretamente em como os livros didáticos abordaram a história da cultura indígena. A análise permitiu concluir que o indígena é representado no LD de maneira superficial não abrangendo a complexidade dos povos originários, isso é perceptível nos conteúdos dedicados a história desses povos, resultando na permanência de estereótipos e preconceitos que permeiam a população indígena na atualidade.

Palavras-chave: livro didático; tendências da história; indígenas no livro didático.

INTRODUÇÃO

O estudo da história é de extrema importância na contemporaneidade brasileira, ele exerceu um grande papel para a formação daquilo que entendemos como identidade nacional.

Sendo assim, no Brasil a História foi constituída como disciplina escolar, ou melhor como conjuntos de conhecimentos escolares sendo originado de produção científica e dotado de métodos pedagógicos próprios, trazendo consigo conhecimentos que colaboraram na construção da formação da identidade nacional e ideia de nação.

Considerando a diversidade inerente ao Brasil, o problema que emerge é: como aparece no conteúdo dos livros didáticos a história da população indígena, que tanto contribuiu na formação de nossa etnia?

Por esse viés, nosso objetivo geral foi: buscar nos livros didáticos de história as processualidades que marcam a imagem do povo indígena brasileiro, num viés de compreensão da cultura, da vivência e de sua história. Tomamos por metodologia a pesquisa qualitativa, definida por Minayo (2004) como a que se “[...] preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2004, p. 21),

Trabalharemos com pesquisa bibliográfica, que, segundo Marconi e Lakatos (2007). envolve todas as publicações de uma bibliografia no que abrange o tema a ser analisado “desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses materiais cartográfica, etc.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 187). Ou seja, a pesquisa bibliográfica propicia embasamento para que o pesquisador compreenda e se expresse por intermédio das informações averiguadas.

Assim sendo, neste estudo servem-nos de fundamentação teórica os seguintes autores: APPLE (1995), PEIXOTO (2020), KILOMBA (2019), BITTENCOURT (2005), GERSEM (2005), SAVIANI (2013), GATTI JR (2004), SILVA (2012), BRANDÃO (1981), D’ANGELS (2017).

Avançaremos numa análise de conteúdo, definida por Richardson (1999) enquanto compreensão “[...] melhor um discurso, de aprofundar suas características e extrair os momentos mais importantes” (RICHARLISON, 1999, p. 224). Para isso, selecionamos dois livros didáticos de história, ambos do sétimo ano do ensino fundamental, trabalhando conteúdos semelhantes para pensarmos o tema em questão.

No primeiro tópico deste trabalho estudaremos o livro didático no Brasil, avançando para uma análise do povo indígena no livro didático.

Livro didático no Brasil

Nas instituições escolares da educação básica¹ brasileira existem diversos recursos pedagógicos que ajudam nas práticas de ensino, o livro didático é um deles, tido como ferramenta que é usada amplamente pelo professor em sala de aula, “uma vez que são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem em sala aula” (APPLE, 1995, p 81).

O livro didático possui diversas atribuições e facetas, mostrando assim a complexidade do seu uso dentro da sociedade brasileira, podemos citar como principais aspectos do livro didático, o seu uso como mercadoria, como material pedagógico, como veículo portador de opinião, cultura e valores.

Analisar um livro didático não é tarefa fácil, segundo Peixoto (2020) é possível perceber um conjunto de enunciadores e enunciados presentes, dessa forma, podemos perceber a existência de um enunciador que pretende manter a dominação (brancos sobre afrodescendentes, ou sobre indígenas, burguesia sobre proletariado, adultos sobre crianças, adolescentes e idosos, “normais” sobre “deficientes”, heterossexuais sobre homoafetivos, etc). Portanto:

E se o livro é relevante para quem não quer que as coisas mudem e para discutir o que está errado, pode ser ainda mais para quem sente na escrita o poder necessário para transformações. Para quem precisa usar a própria voz, ou dar amplitude à voz alheia, para derrubar muros e construir o novo. Escrever contra ao mesmo tempo em que criam “novos papéis fora dessa ordem colonial” (KILOMBA, 2019, p. 69). Tomar para si essa ferramenta, porque se quem domina se esforça tanto para que ela não me pertença, é porque é dela mesmo que eu preciso (PEIXOTO, 2020, p. 151).

Durante todo o período da educação básica são apresentados aos discentes vários conteúdos que se aproximam da realidade em que eles vivem, conteúdos esses que são estabelecidos pelo governo vigente, o LD é uma das ferramentas que possibilita a transmissão desse conteúdo, porem pesquisas

¹ Segundo a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no Artigo 21, Inc. I, a Educação Básica “[...] é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (BRASIL, 1996).

mostram que as ideias e imagens presentes no livro didático, muitas vezes “transmitem estereótipos, e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa”. (BITTENCOURT, 2005, p 72). É importante salientar o poder que os livros didáticos possuem na formação da ideia do outro, em específico aos livros de história que são imbuídos de grande conhecimento acerca das diversas culturas, etnias e sociedades que se diferenciam daquele presente no cotidiano do discente.

Os livros didáticos em específico o livro de história é dotado de grande variedade histórica e cultural das diversas sociedades e civilizações, se tomarmos como exemplo o ensino da cultura indígena dentro das escolas através do uso do LD, percebe-se que muitas vezes o indígena vem sendo retratado de forma folclórica, renegado a um ser do passado, que vive na floresta em constante contato com a natureza, contribuindo para uma visão estereotipada que perpassa gerações, atualmente ainda e atribuído ao indígena aspectos como “cruel, bárbaro, canibal, animal selvagem, preguiçoso, traiçoeiro...” (GERSEM, 2006, p. 35).

Diante de tal realidade o professor tem a possibilidade de transformar essa visão estereotipada dos indígenas que foi passada pelo colonizador e permanece atualmente, isso se torna possível se o processo de ensino-aprendizagem for feito de forma que alcance resultados satisfatórios. De acordo com a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2013) existem 5 passos que o professor pode utilizar no processo pedagógico são eles prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.

Ao utilizar a pedagogia Histórico-crítica dentro da sala de aula o professor resgata conhecimentos que os alunos possuem, e a partir desse, tenta transformar o conhecimento atribuído pelo senso comum em conhecimento científico, agora se tomarmos como exemplo a problemática da visão indígena atual, graças a pedagogia Histórico- crítica de Saviani (2013) essa realidade pode ser transformada.

Se por um lado o LD representa um veículo portador de ideologias, e um saber oficial ditado pelos grupos dominantes e pelo governo vigente, por outro lado, se encontram sujeitos que atuam tanto na sua elaboração quanto na leitura e nas interpretações feitas por professores e estudantes no ambiente escolar, tais sujeitos possuem a capacidade de transformar esse veículo portador de ideologias e fonte de lucro das editoras.

Os usos que os professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo. As práticas de leitura do livro didático não são idênticas e não obedecem necessariamente às regras impostas por autores e editoras ou por instituições governamentais. Assim, mesmo considerando que o livro escolar se caracteriza pelo texto impositivo e diretivo acompanhado de exercícios prescritivos, existem e existiram formas diversas de uso nas quais a atuação do professor é fundamental. (BITTENCOURT, 2005, pp. 73-74)

Quando pensamos no professor em sala de aula, é possível identificar uma figura que representa uma ferramenta de conhecimento, que é dotado de grandes responsabilidades e deveres, com o auxílio do LD, o professor seleciona e analisa a melhor maneira de trabalhar os conteúdos que serão transmitidos. Com isso podemos perceber a importância que o professor possui no uso do livro didático, sendo um dos fatores determinantes do mercado consumidor que envolve o livro didático.

A existência do mercado consumidor é uma condição óbvia para a sobrevivência das coleções didáticas e, no caso brasileiro, das próprias editoras. Sem as compras do governo federal, boa parte das editoras nacionais não teria crescido tanto como cresceram entre as décadas de 1970 e 1990. O fato das publicações didáticas preencherem mais da metade de vendas das editoras nacionais é um dado incontestável e que vem se repetindo desde os anos setenta. (GATTI JR., 2004, p 183)

Com a existência de um mercado consumidor os livros didáticos tendem a atender a necessidade do mercado, e não necessariamente priorizar seu papel como ferramenta pedagógica essencial no aprendizado do educando. De acordo com Silva (2012), os LD devem atender as necessidades existentes nas práticas de ensino, com o objetivo de sair do que ele chama de Disneylândia pedagógica. com isso torna-se necessário a participação ativa do professor na formulação do livro didático, no intuito de que o manual atenda às necessidades educativas e não somente as do mercado.

Atualmente o LD é amplamente distribuído para os estudantes da educação básica de ensino, o gerador que possibilitou tal ação foi o programa nacional do livro didático. o PNLD é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira, tendo como única exceção os alunos da educação infantil, e iniciou-se em 1937 com outra denominação.

De acordo como Art. 1º da lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937, “O Instituto Cairú fica transformado em Instituto Nacional do livro” (BRASIL, 1937), este foi o ponta pé para a formação daquilo que conhecemos como PNLD. De acordo com o Art. 1º da decreto-lei nº 1.006, de 30/12/38, “É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos” (BRASIL, 1938), Através deste decreto foi estabelecido a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no país. Estes dois decretos contribuíram de certa forma como pilares para aquilo que conhecemos como PNLD, possibilitando assim os primeiros passos para a construção do programa que hoje oferta livros didáticos para os estudantes da educação básica em todo o país.

Tendo em vista a importância do professor no processo de formulação do livro didático, no ano de 1983 em substituição à fundação do material escolar (Fename), é criada a fundação de assistência ao estudante (FNDE), que incorpora o LIDEF, na ocasião o grupo de trabalho que era encarregado de examinar problemas relativos ao LD propõe a participação dos professores na escolha dos livros, abrindo caminho para que no ano de 1985 houvesse a

indicação do livro didático pelos professores, dando início assim as primeiras participações de professores na formulação do LD.

No que diz respeito aos critérios avaliativos dos livros didáticos, no ano de 1993 ocorre a publicação “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros didáticos” que define a qualidade dos livros didáticos adquiridos pelo programa nacional do livro didático (PNDL). No ano de 1996 e dado início ao processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNDL, sendo publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos”. Os critérios foram definidos previamente pelo MEC, tal avaliação foi aperfeiçoada, sendo aplicada até hoje. É importante salientar livros que apresentam erros conceituais, indução ao erro, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do guia do livro didático.

Foram cerca de 80 anos para que o programa nacional do livro didático se tornasse aquilo que é hoje, um programa voltado para a educação básica Brasileira, promovendo a distribuição das obras didáticas para estudantes da rede pública de todo o país.

E importante salientar conforme previsto no Art. 208 da constituição federal “O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar [...]” (BRASIL, 1988, Art. 208). Sendo assim o LD representa um avanço na democracia brasileira, já que proporciona cumprimento do Art. 208 da constituição federal, com isso, a distribuição do livro didático não é um favor do governo, mas sim a democratização da educação e conseqüentemente o cumprimento de uma legislação.

Indígenas no livro didático

Assim como afirma Brandão (1981) a educação está presente em todos os aspectos da sociedade e ninguém pode escapar dela, de forma direta ou indireta sempre estamos em contato com a educação. Mas existe apenas uma forma de educação? De acordo com Brandão (1981),

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. (BRANDÃO, 1981, p. 9)

A educação está presente de diversas formas e aspectos dentro das diversas sociedades, podendo ser usada como ferramenta de mudança ou de controle das massas. De acordo com Brandão (1981),

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. (BRANDÃO, 1981, p. 9)

No Brasil o livro didático como ferramenta da educação foi usado por muito tempo pela elite e grupos dominantes como meio de perpetuar ideias estereotipadas. Se tomarmos como exemplo em como o indígena é representado no LD é perceptível a presença de ideias que foram transmitidas pelos colonizadores, ideias que ajudam a perpetuar a desigualdade, distorcendo e invalidando o papel que os povos originários tiveram e tem na história do Brasil.

Um exemplo claro é o termo 'índio', mesmo com as mudanças que ocorreram ainda é possível perceber que o termo é amplamente utilizado nos livros didáticos. É importante ressaltar que o termo índio remete a um contexto histórico, sendo um termo depreciativo e preconceituoso que foi difundido pelo colonizador, de acordo com D'Angelis (2017) mesmo que o termo 'índio' seja substituído por 'indígena' e o pensamento do preconceituoso não mudar, isso não ajuda na construção de uma nova imagem da pluralidade dos povos originários.

O preconceito não está na palavra. Um brasileiro que passe a falar dos 'indígenas, em lugar de 'índios', possivelmente mantenha sua concepção preconceituosa sobre eles, incluindo a ideia difundida pelo ensino escolar de que os índios não serviam para ser escravos, associada a concepção de trabalho europeu, a ideia de que os índios não gostavam de trabalhar (portanto, são preguiçosos), donde que preferiam viver de caça e pesca (o que o brasileiro entende como dois esportes). (D' ANGELS, 2017)

De acordo com o Art. 1º da lei nº 11.645/08 “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. A chegada da lei representa uma nova perspectiva para o ensino da cultura indígena nas escolas, onde a cultura indígena não seria mais representada como algo do passado, mas como parte vital na história do Brasil.

A introdução da história dos povos indígenas nas salas de aula, nas perspectivas da lei 11.645/2008, tem uma perspectiva de renovação que abrange mudanças epistemológicas, mas também de debates sobre o tema dos preconceitos étnicos raciais. (BITTENCOURT, 2013, p. 132)

A lei nº 11.645/2008 representa uma conquista para os povos indígenas, mostrando um novo começo na luta contra os estereótipos e preconceitos que permeiam a cultura indígena. Mas como o currículo trabalha a temática da história da cultura indígena?

No Brasil o documento que norteia a formulação do currículo escolar é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e através desse documento que serão trabalhados os temas que permeiam a educação brasileira.

Dentre as competências gerais dentro da BNCC, a diversidade está presente em vários tópicos, mostrando assim em como a base busca combater o preconceito e a discriminação.

Alguns pontos que devem ser mencionados:

6. valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

8. conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades culturais e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p 9-10).

A BNCC define que as disciplinas estejam divididas em áreas de conhecimento, sendo que cada área de conhecimento estabelece competências específicas de área, onde seu “Desenvolvimento deve ser promovido ao longo dessa etapa, tanto no âmbito da BNCC como dos itinerários formativos das diferentes áreas” (BRASIL, 2018, p 33). As disciplinas de história, filosofia, geografia e sociologia foram incorporadas à área de ciências humanas, onde o tópico da diversidade tem um enfoque especial.

A BNCC traz sete competências específicas para história no ensino fundamental:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.

3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando

a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.

7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais (BRASIL, 2017, p. 398).

Na BNCC a disciplina de história tem como objetivo entregar aos alunos conhecimentos que os levem a reflexão de temas como diversidade e cultura de diferentes povos em diferentes tempos históricos.

Estimular a autonomia do pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar u transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. (BRASIL,2017c, p. 350)

É notável que a BNCC trata a diversidade como um dos pontos principais para que seja efetivado a luta contra estereótipos, porém os LD que seguem as orientações presentes na BNCC não buscam tratar a complexidade existente na cultura indígena, isso é percebível nas poucas páginas que são dedicadas a temática da história da cultura indígena.

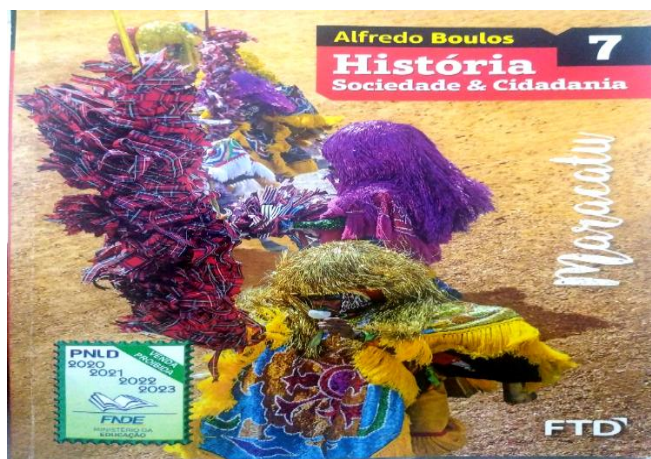
Análise do livro didático

Considerando as competências gerais e as 7 (sete) competências específicas para a história no ensino fundamental que estão presentes na BNCC,

será descrito aqui a análise em como dois livros didáticos de história, destinado ao 7º ano do ensino fundamental está abordando a temática da cultura indígena.

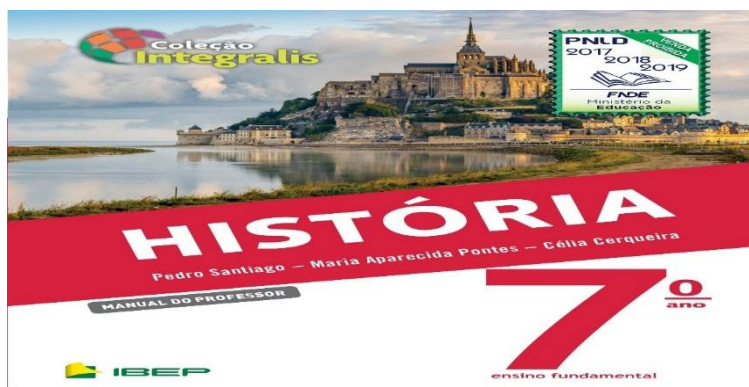
O primeiro livro escolhido para a análise foi “História sociedade e cidadania” do autor Alfredo Boulos Júnior, sendo publicado pela editora FDT em São Paulo no ano de 2018. O segundo livro é da coleção integralis, cujo autores são: Pedro Santiago, Maria Aparecida Ponte e Célia Cerqueira. Foi publicado pela editora IBEP em São Paulo no ano de 2015. É importante salientar que ambos os livros são integrantes do programa nacional do livro didático (PNLD), sendo destinado aos alunos do 7º ano do ensino fundamental.

Figura 1 – Capa do primeiro livro



Fonte: Alfredo Boulos, 2018.

Figura 2 – Capa do segundo livro



Fonte: Pedro Santiago, Maria Aparecida Pontes, Célia Cerqueira, 2015.

Ambos os livros são divididos em unidades temáticas, cada unidade possui dois capítulos, que trazem consigo textos descritivos, atividades e imagens que buscam enriquecer o conhecimento do discente. Ao abrir o primeiro livro do autor Alfredo Boulos, podemos perceber que são apenas dois capítulos que abordam questões que se correlacionam com a história da cultura indígena, com isso, foram analisados o capítulo 1 e 9 desse livro.

O primeiro capítulo cujo título é “povos indígenas saberes e técnicas”, tem início com um mapa que representa os principais grupos linguísticos que residiam na América do século XVI.

Figura 3 - Mapa linguístico da América século XVI



Fonte: Boulos, História Sociedade e Cidadania, 2018, p. 6.

Após o mapa é apresentado duas perguntas que buscam trazer à tona a diversidade linguística dos povos indígenas, são elas:

- Quantos grupos linguísticos estão representados nesse mapa?
- Que relação podemos estabelecer entre o número e a diversidade de povos ameríndios? (BOULOS, 2018, p. 6)

Nas páginas seguintes são apresentados os povos astecas, maias e incas, onde são acompanhados de textos que buscam trazer informações que elucidam como era a organização social desses povos, focando na economia e política, questões como religião são descritas superficialmente ou não são

abordadas, os textos veem acompanhados de imagens e propostas de atividades.

Ao final desse capítulo são apresentados os tupis, o texto apresentado pelo autor traz consigo informações que buscam mostrar que quando Pedro Álvares Cabral aqui chegou, havia milhões de indígenas que falavam cerca de 1300 línguas. No que diz respeito a origem do povo tupi o autor atribui a atual floresta amazônica, onde por volta de 500 a.c. começaram a se expandir.

Na página seguinte é apresentado mantos que são utilizados durante as festividades tendo o objetivo de celebrar a passagem da adolescência para a fase adulta, o texto é acompanhado de imagens das vestimentas. A terceira e última página desta unidade dedicada ao povo tupi, da enfoque ao cultivo da mandioca e como a sociedade atual a consome, além de atribuir ao indígena a descoberta e a domesticação desse alimento.

O capítulo 9 aborda a colonização da América portuguesa, o capítulo tem início com o mapa de 1557, onde é retrato indígenas em atividades após a chegada dos colonizadores, na imagem a círculos que buscam destacar pontos vitais na ilustração, esses pontos serão trabalhados na atividade proposta para o discente, a atividade é composta das seguintes perguntas:

- O que se vê na cena circulada em vermelho?
- E na cena circulada em verde, o que se vê?
- O que se observa na cena circulada em azul?
- Será que a relação entre portugueses e indígenas foi amigável como na cena mostrada no mapa?
- Será que os indígenas aceitaram pacificamente dividir com os portugueses as terras onde viviam? (BOULOS, 2018, p. 153)

A atividade proposta busca trazer a reflexão em como foi a relação entre indígenas e portugueses, buscando mostrar ao aluno a visão eurocêntrica retratada na imagem, tendo em vista que a imagem retrata os indígenas aceitando a dominação sem qualquer sinal de resistência.

Figura 4 – Mapa de 1557



Fonte: Boulos, História Sociedade e Cidadania, 2018, p. 153.

Na página seguinte tem início com o subtítulo “O encontro”, esta página dedicasse exclusivamente a relatar como ocorreu o primeiro encontro entre portugueses e tupiniquins, onde fica evidente que esse encontro ficou marcado pelo espanto nas diferenças existentes entre os dois povos. O texto segue mostrando um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, cujo conteúdo descreve as primeiras impressões da terra e dos povos que nela residiam.

Nas páginas 158, 164 e 221, relata pela primeira vez o confronto que existiu entre indígenas e portugueses, além de contextualizar a chamada “guerra justas²”. A página 221, contextualizada o que o autor chamou de “caça ao índio”,

² Guerras travadas entre indígenas e portugueses durante o período colonial. De acordo com Boulos (2018) devido a necessidade de mão de obra, a monarquia autoriza o governo - geral a promover as “guerras justas” a fim de escravizar os indígenas que eram hostis aos portugueses.

onde os bandeirantes adentravam as matas em busca de indígenas para serem escravizados.

No segundo livro foi analisado o capítulo 10 cujo tema é “Os povos nativos”, o capítulo tem início trazendo à tona um resumo dos temas que serão trabalhados, os autores ressaltam a importância da luta para assegurar os direitos da população indígena, afirmando que essa luta não é apenas dos indígenas e seus descendentes, mas de toda sociedade. A página seguinte aborda a variedade dos povos que residiam na América no séc. XV, ressaltando a diferença existente entre eles, além de alertar em como essa diversidade foi ignorada pelos europeus.

As páginas 172 a 181 são apresentados os astecas, maias e incas, a abordagem desses povos é feita de forma diferente se comparada com a do primeiro livro, nesse LD os autores trazem informações mais detalhadas, desde a ascensão desses povos até a sua queda, questões como cultura e religião recebem um enfoque maior, além de traçar um paralelo entre o passado e presente desses povos.

As páginas 182 a 185 são dedicadas aos povos tupis, os autores iniciam mostrando a complexidade e diversidade entre os tupis que aqui residiam quando Cabral chegou, tópicos como diversidade, linguística, origem, resistência, migração, rituais e organização social são trabalhados nessas páginas. A página 185 tem início com o subtítulo “indígenas do Brasil: cenário atual”, essa página traz informações da população indígena atual, contendo dados demográficos, direitos conquistados e a luta contra a violação desses direitos. Os autores enfatizam a luta dos indígenas para garantir o direito à homologação de seus Territórios, mostrando que a um longo caminho a percorrer para manter a sobrevivência e sua própria cultura.

Ambos os LD abordam a cultura desses povos pontuando a diversidade presente entre estes sujeitos, além de trazer pontos importantes da cultura, porém como foi visto no primeiro LD questões atuais dos povos indígenas que

residem no Brasil não foram abordadas, renegando o indígena a um ser do passado sem nenhuma ligação com o presente.

Em relação as imagens que acompanharam os textos, foram utilizadas de forma que ajudem o aluno da compreensão e reflexão dos momentos históricos abordados, de cordo com Bittencourt (2005),

“Ver as cenas históricas” era o objetivo fundamental que justificava, ou ainda justifica, a inclusão de imagens nos livros didáticos em maior número possível, significando que as ilustrações concretizam a noção altamente abstrata de tempo histórico. (BITTENCOURT, 2005, p. 75)

. A questão religiosa recebeu pouco enfoque, trazendo a imagem de que indígenas não adoram ou cultuam a nenhuma divindade, sendo que a religiosidade e um ponto importantíssimo para a compreensão desses povos.

Considerações finais

Iniciamos este estudo com a seguinte questão: como aparece nos conteúdos dos livros didáticos a história da população indígena, que tanto contribuiu na formação de nossa etnia?

A análise de conteúdo nos oportunizou perceber que o indígena é representado no LD de maneira superficial não abrangendo a complexidade dos povos originários, isso é perceptível nos conteúdos dedicados a história desses povos, resultando na permanência de estereótipos e preconceitos que permeiam a população indígena na atualidade.

Diante da superficialidade analisado no LD, há uma tendência a folclorização da vida indígena, os temas como religiosidade não são abordados de forma significativa, valorizando a religião cristã, passando a imagem de que indígenas não adoram ou cultuam a nenhuma divindade. Se olharmos a BNCC,

a disciplina de história deve trazer temas que ajudem na reflexão da diversidade e cultura de vários povos, porém, sem a compreensão do universo cultural imantente aos povos originários, essa questão não se concretiza.

Se os livros didáticos pretendem, de fato, seguir as orientações da BNCC, é preciso superar traços que corroboram com os estereótipos e preconceitos que envolvem a diversidade.

No que diz respeito ao professor, o uso do livro didático pode ser utilizado como um instrumento de reflexão, no sentido de possibilitar a superação dos efeitos deletérios ainda trazidos por esse material, transformando essa fermenta em um ensino significativo, que busque trazer um outro olhar discente sobre o povo indígena no Brasil. A exemplo dessa formação pensamos que a concepção de rebeldia, propalada nos livros didáticos em relação aos povos originários, contra portugueses que tomaram posse da terra, precisa ser substituída pela concepção de resistência, pois pelo viés da “rebeldia” a impressão que passa é que os povos originários deveriam aceitar tacitamente a dominação.

No que diz respeito a lei 11.645/2008, dentro da sala de aula essa lei representa um avanço na valorização da cultura indígena, além de abrir caminho para debates sobre preconceito étnico racial, porém, mesmo com todos os aparatos legais que juntos trabalham para valorizar a cultura do povos indígenas, ainda podemos perceber que existem fatores dentro do livro didático que ajudam a propagar as ideias estereotipadas e preconceituosas, sendo assim, muito mais que superar preconceitos, é de suma importância o cumprimento da legislação na íntegra, não de modo discricionário, como que fingindo cumprir a legislação.

É indispensável pensar o livro didático dentro de uma perspectiva editorial, que carece de ser pesquisada, para além disso, provocar o Ministério da Educação, num viés de exigir dessa autarquia uma intervenção mais rígida na avaliação do livro didático, cumpre ainda exigir das “autoridades” que avaliam o livro didático um diálogo com os povos originários, avançando num viés de uma história “oral” que, ao ser escrita, revelará a verdadeira face dos povos originários.

Agradecimentos

Aos meu pais e irmãos, por todo incentivo e cuidado que tiveram por mim, sem vocês esse trabalho não poderia ser realizado.

A Fernanda Dias clemente minha grande amiga, que esteve comigo ouvindo meus questionamentos e reclamações durante as partidas de LOL.

Ao orientador professor Paulo de Tarso Lopes, pela orientação e paciência durante a formulação desse artigo.

A Paulo, Raiziander e Doralice que cederam o seu tempo para ouvir meus questionamentos e ideias para esse artigo, nunca esquecerei das palavras de incentivo, e principalmente quando falavam “vai dar tudo certo, não se preocupe”, que fique aqui registrado minha eterna gratidão.

REFERÊNCIAS

ANTOS, C. C. dos; ECAR, A. L. **O USO DOS LIVROS DIDÁTICOS NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO NO CONTEXTO PANDÊMICO** . SciELO Preprints, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.5214. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5214/version/5522>. Acesso em 19 abr. 2023.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania**. 4. Ed. São Paulo: FTD, 2018.

BRANDÃO, Carlos rodrigues. **O que é educação**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da educação. **Serviço de informação**. [Brasília]: Ministério da educação, 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/area-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GHIRALDELI JUNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. 1. Ed. Barueri, SP: Manoeli, 2003.

PEREIRA, Simone Maria Gomes de Souza. **Proposta didática à luz da Pedagogia Histórico-Crítica: da prática social inicial à prática social final**. Dissertação Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão. São Luís/ Monte Castelo, p. 50. 2021.

PEIXOTO, Luisa Araujo. **Explorando as páginas da “arte negra” o livro como ferramenta de colonização e descolonização**. Dissertação (Mestrado) centro federal de educação e tecnologia celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, p. 195. 2020.

PONTES, Maria Aparecida. **Integralis história 7º ano**. 1. Ed. São Paulo: IBEP, 2015.

TEN CATEN, A. **A prática da educação étnico-racial: um estudo da implantação da lei federal 10.639/03 no Paraná a partir do professor como leitor do livro didático público**. Dissertação (mestre em educação) – universidade estadual do oeste do Paraná. Cascavel, p. 258. 2010.